

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL
PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE SÓDIO PELAS EMPRESAS
DO GRUPO AdP**

2024_070CP

CADERNO DE ENCARGOS

Março de 2025

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE
HIDRÓXIDO DE SÓDIO PELAS EMPRESAS DO GRUPO AdP
ÍNDICE**

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
<i>Cláusula 1.ª Objeto.....</i>	<i>4</i>
<i>Cláusula 2.ª Contrato</i>	<i>4</i>
<i>Cláusula 3.ª Prazo Contratual</i>	<i>5</i>
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	5
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	6
<i>Cláusula 4.ª Obrigações do Cocontratante</i>	<i>6</i>
<i>Cláusula 5.ª Conformidade e operacionalidade dos bens</i>	<i>8</i>
<i>Cláusula 6.ª Requisito do produto.....</i>	<i>8</i>
<i>Cláusula 7.ª Requisitos das embalagens.....</i>	<i>9</i>
<i>Cláusula 8.ª Condições de entrega</i>	<i>10</i>
<i>Cláusula 9.ª Verificação</i>	<i>14</i>
<i>Cláusula 10.ª Garantia</i>	<i>15</i>
<i>Cláusula 11.ª Descontinuidade do produto</i>	<i>16</i>
<i>Cláusula 12.ª Boletim de análise</i>	<i>17</i>
<i>Cláusula 13.ª Sistema de gestão de qualidade</i>	<i>17</i>
<i>Cláusula 14.ª Dever de sigilo.....</i>	<i>18</i>
<i>Cláusula 15.ª Tratamento de dados pessoais.....</i>	<i>18</i>
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS	20
<i>Cláusula 16.ª Obrigações da AdP SGPS</i>	<i>20</i>
<i>Cláusula 17.ª Obrigações das Contraentes Públicas.....</i>	<i>21</i>

<i>Cláusula 18.ª Preço base e preço contratual</i>	<i>21</i>
<i>Cláusula 19.ª Condições de pagamento</i>	<i>22</i>
<i>Cláusula 20.ª Faturação eletrónica</i>	<i>23</i>
<i>Cláusula 21.ª Revisão de preços</i>	<i>24</i>
SECÇÃO III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	24
<i>Cláusula 22.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato</i>	<i>24</i>
CAPÍTULO III INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	25
<i>Cláusula 23.ª Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante</i>	<i>25</i>
<i>Cláusula 24.ª Sanções</i>	<i>26</i>
<i>Cláusula 25.ª Força maior</i>	<i>28</i>
<i>Cláusula 26.ª Resolução do contrato por parte das Contraentes Públicas</i>	<i>29</i>
<i>Cláusula 27.ª Resolução do contrato por parte do Cocontratante</i>	<i>30</i>
<i>Cláusula 28.ª Execução da caução</i>	<i>31</i>
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS	32
<i>Cláusula 29.ª Deveres de informação</i>	<i>32</i>
<i>Cláusula 30.ª Comunicações</i>	<i>32</i>
<i>Cláusula 31.ª Foro competente</i>	<i>33</i>
<i>Cláusula 32.ª Direito aplicável e natureza do contrato</i>	<i>33</i>
<i>Cláusula 33.ª Contagem dos prazos</i>	<i>33</i>
ANEXO I LOTES E ARTIGOS	34
ANEXO II COORDENAÇÕES E CONDIÇÕES DE ENTREGA	37
ANEXO III LOCAIS DE ENTREGA	43
ANEXO IV PREÇOS-MÁXIMOS UNITÁRIOS	46
ANEXO V SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DO FABRICO E FORNECIMENTO DOS BENS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ASSOCIADOS	49

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a aquisição de Hidróxido de Sódio para as entidades indicadas no **ANEXO I** ao Programa do Procedimento, representadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (doravante **AdP SGPS**).
2. As características, especificações e requisitos técnicos dos artigos a fornecer no contrato a celebrar constam no **ANEXO I** ao presente caderno de encargos, sendo parte integrante do caderno de encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior;
3. Os ajustamentos propostos pelas entidades adjudicantes nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo Contratual

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além da data de cessação do Contrato, este é válido por 12 (*doze*) meses a contar da data da respetiva assinatura, sendo renovado automaticamente por igual período, até ao limite máximo de 24 (*vinete quatro*) meses, a não ser que uma das partes se oponha à renovação, por escrito, com a antecedência mínima de 90 (*noventa*) dias em relação ao termo do contrato.
2. Independentemente de não se ter completado o período referido no número anterior, o contrato cessa a sua vigência, em relação a cada Lote, quando os pagamentos ao **Cocontratante** perfaçam, pelo respetivo Lote, os seguintes montantes, sem IVA incluído:
 - **Lote 1** – 406.895,00€ (*quatrocentos e seis mil, oitocentos e noventa e cinco euros*);
 - **Lote 2** – 791.108,00€ (*setecentos e noventa e um mil, cento e oito euros*).

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do **Cocontratante** as seguintes:

- a) Entregar o produto adquirido em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina, nos locais definidos, nos termos e no prazo máximo estabelecido na Cláusula 8.^a do presente Caderno de Encargos;
- b) Fornecer o produto em conformidade com a proposta apresentada, com as normas legais aplicáveis ao exercício da atividade, com as características técnicas, ambientais e os níveis de serviço e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- c) Comunicar antecipadamente, à **Contraente Pública**, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento do produto objeto do contrato, assim como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações contratuais;
- d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é fornecido o produto, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelas **Contraentes Públicas** ou pelo gestor de contrato designado;
- e) Não alterar as condições do fornecimento do produto fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- f) Garantir o produto fornecido, em conformidade com a legislação aplicável;
- g) Cumprir todas as disposições legais aplicáveis, designadamente de transporte e manuseamento do produto;
- h) Providenciar, a suas expensas, todos os equipamentos e meios necessários para a descarga do produto fornecido;

- i) Suportar os encargos relativos à aquisição de bens identificados no artigo 445.º do Código dos Contratos Públicos;
- j) Entregar os certificados e boletins de análise às **Contraentes Públicas**, nos termos estabelecidos no presente Caderno de Encargos;
- k) Atualizar os Documentos de Identificação do Produto, as Fichas de Segurança do Produto e as regras escritas de transporte e de descarga do Produto, sempre que se justificar, e fornecer o mesmo às **Contraentes Públicas**, sempre que atualizado;
- l) Possuir apólices de responsabilidade civil profissional nos termos exigidos pela lei;
- m) Caso o **Cocontratante** não seja o produtor ou importador para a UE da substância química ativa registado no REACH, fazer cumprir ao produtor(es) ou importador(es) para a UE da substância química ativa indicado(s) na proposta, o envio de relatórios trimestrais sobre as quantidades entregues diretamente nas instalações das **Contraentes Públicas** e do **Cocontratante** da substância química ativa.
- n) Utilizar uma ferramenta de e-mail (Outlook ou outra) para garantir a receção das encomendas formuladas pelas **Contraentes Públicas** e o seu tratamento em tempo útil, designadamente quanto ao cumprimento dos prazos de entrega definidos no presente Caderno de Encargos;
- o) Ressarcir as **Contraentes Públicas** dos montantes correspondentes das multas aplicadas na sequência de processos contraordenacionais, cujos factos resultem de atos ou omissões suas, designadamente, relacionadas com o fornecimento, transporte, manuseamento e descarga, e que não sejam imputáveis às **Contraentes Públicas**;
- p) Disponibilizar a informação de gestão, relevante, ao gestor do contrato designado pelas **Contraentes Públicas**;
- q) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, não utilizando as

mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

- r) Sujeitar-se a auditorias de qualidade, ambientais e de segurança, bem como de monitorização do fornecimento de Hidróxido de Sódio no que respeita ao cumprimento das características técnicas, ambientais, de segurança, prazos de entrega e requisitos do fornecimento.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O **Cocontratante** obriga-se a entregar às **Contraentes Públicas** os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos e no respetivo **ANEXO I**, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O **Cocontratante** é responsável perante as **Contraentes Públicas** por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.^a

Requisito do produto

1. O **Cocontratante** obriga-se a entregar às **Contraentes Públicas** o produto de acordo com as características, especificações, requisitos técnicos e níveis de serviço previstos no presente Caderno de Encargos.

2. Os produtos devem ser apresentados em soluções aquosas com concentrações mínimas de Hidróxido de Sódio de 24,5% (m/m) (pureza de “25%”) e de 29,5% (m/m) (pureza “30%”), cumprindo sempre a especificação do fabricante.
3. As soluções de Hidróxido de Sódio a fornecer devem cumprir o estabelecido na EN 896 “*Chemicals used for treatment of water intended for human consumption - Sodium hydroxide*”, nomeadamente os limites de concentração de impurezas, subprodutos e parâmetros químicos admissíveis estabelecidos nos pontos 4.3 e 4.4 da referida Norma (quadro 2 da norma), sempre que requerido no Anexo I ao Caderno de Encargos.
4. Caso o Cocontratante não seja o produtor ou importador para a UE da substância química ativa registado no REACH, deverá fazer cumprir ao(s) produtor(es) ou importador(es) para a UE da substância química ativa indicado(s) na proposta, o envio para o e-mail compras@adp.pt, no prazo de 10 (dez) dias após o término de cada trimestre, de um relatório indicando as quantidades entregues diretamente nas instalações das **Contraentes Públicas**, bem como nas instalações do **Cocontratante**, nesse período.

Cláusula 7.ª

Requisitos das embalagens

1. A classificação, embalagem e rotulagem do produto obedece ao regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 98/2010, de 11 de agosto.
2. O rótulo das embalagens a fornecer deve referir “*este produto está conforme a EN 896*”, quando aplicável.
3. Os fornecimentos devem ser realizados através do tipo de embalagens indicadas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos, as quais devem ser seladas, com indicação do número do lote.
4. O n.º do lote do **Cocontratante** deve ser rastreável ao n.º do lote do produtor da substância química ativa, através da guia de remessa.

5. A fim de garantir que a pureza do produto não é afetada, as embalagens não devem ter sido previamente utilizadas para armazenamento de qualquer outro produto ou devem ter sido corretamente limpas e preparadas antes da utilização.
6. O material da embalagem não poderá interferir na qualidade do produto, nomeadamente no que toca aos processos de lavagem.
7. O **Cocontratante** deverá garantir que a pintura das embalagens é efetuada de acordo com a regulamentação em vigor, devendo os símbolos de risco e pictogramas ser identificados nas cisternas do transportador.
8. Os fornecimentos efetuados em bilhas ou contentores serão em regime de débito/crédito, mantendo-se os mesmos propriedade do **Cocontratante**, devendo o **Cocontratante** remover os vazios em todas as entregas de embalagens cheias.
9. As inspeções periódicas a que as embalagens venham a ser sujeitas serão realizadas pelo **Cocontratante** ou por entidade credenciada, contratada por aquele, correndo os respetivos custos por conta do **Cocontratante**.
10. No caso de embalagens não reutilizáveis ou de utilização única, o **Cocontratante** será responsável pela gestão e destino final dos resíduos dessas embalagens, nos termos do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua redação atual.

Cláusula 8.^a

Condições de entrega

1. O **Cocontratante** compromete-se a entregar o produto solicitado no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da data de envio da nota de encomenda.
2. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da data da celebração do contrato são disponibilizadas ao **Cocontratante** as localizações geográficas dos locais de entrega identificados no **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
3. O produto é entregue em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis e acompanhados de toda a documentação legal necessária à sua circulação.

4. Salvo casos excecionais motivados por necessidades urgentes da **Contraente Pública**, o produto deve ser entregue nos dias úteis da semana, das 08:00-16:00h, sem prejuízo de horário diverso acordado entre cada **Contraente Pública** e o **Cocontratante**.
5. O **Cocontratante** deve entregar o produto observando as obrigações relativas aos meios auxiliares e às restrições de acesso previstas no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos.
6. Os fornecimentos são realizados na sequência de notas de encomenda a remeter pelas **Contraentes Públicas** em função da avaliação dos stocks existentes e das atividades a desenvolver, não lhe sendo exigíveis a apresentação de pedidos de aquisição periódicos ao **Cocontratante**.
7. As quantidades estimadas indicadas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos possuem natureza meramente indicativa para o período de vigência do contrato, não consubstanciando qualquer vinculação relativa à aquisição de quantidades mínimas por parte das **Contraentes Públicas**.
8. Se o **Cocontratante** não dispuser das quantidades solicitadas, designadamente por rutura temporária de stock, deve comunicar o facto à **Contraente Pública** com a maior antecedência possível, o que, no limite, deve corresponder ao dia útil seguinte à data de envio da nota de encomenda.
9. As encomendas das instalações com o mesmo código de coordenação na tabela do **ANEXO II** poderão, por iniciativa da **Contraente Pública**, para efeitos de otimização dos respetivos meios logísticos, ser solicitadas para entrega no mesmo dia.
10. Salvo indicação diversa realizada na nota de encomenda, as entregas do produto devem ser realizadas nos locais de entrega identificados no **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
11. Até dois dias úteis antes da entrega prevista, o **Cocontratante** deve enviar à **Contraente Pública**, via e-mail a indicar pela **Contraente Pública**, cópia da seguinte documentação:
 - a) Identificação do condutor do veículo que procederá à entrega do produto;

- b) Identificação do veículo que procederá à entrega do produto;
- c) Certificado de formação ADR do condutor do veículo válido;
- d) No caso de entregas em cisterna, certificado de aprovação do veículo que transporta mercadorias perigosas (ADR);
- e) Ficha de aptidão para o trabalho (FAT) do condutor do veículo válida;
- f) Ficha de distribuição de EPIs ao condutor do veículo;
- g) Ficha de Procedimentos de Segurança, onde deverá constar: Descrição dos trabalhos, Avaliação de Riscos e Procedimentos a adotar em caso de emergência;
- h) Apólice e recibo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho respeitante ao transportador subcontratado pelo **Cocontratante**;
- i) Apólice e recibo de pagamento do seguro de responsabilidade civil do **Cocontratante** e do transportador subcontratado.

12. Caso haja alterações do condutor, veículo ou transportador subcontratado, aquando da entrega, a cópia atualizada dos documentos referidos no ponto anterior tem de ser apresentada com a entrega do produto.

13. O **Cocontratante**, diretamente ou por intermédio de um subcontratado, obriga-se a efetuar a operação de descarga de granel, contentor ou bilha, nas instalações da **Contraente Pública**, pelos seus meios, devendo os transportadores estar munidos dos equipamentos de proteção individual adequados.

14. O **Cocontratante** deve assegurar/manter o bom estado dos órgãos de descarga (mangueiras, ligações, etc.), de modo a evitar acidentes/derrames, cumprindo/observando as regras de segurança e especificações quanto à descarga e manuseamento, vigentes nas empresas, por todos os intervenientes.

15. A entrega do produto é sempre acompanhada dos seguintes documentos:

a) **Guia de remessa** da qual deve constar, designadamente:

- i. A data de entrega;
- ii. Identificação do **Cocontratante**;

- iii. Identificação da **Contraente Pública** e local de entrega;
- iv. Data da encomenda e número da requisição emitida pela **Contraente Pública**;
- v. Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
- vi. Indicação do produto (quantidade e lote de fabrico do fabricante da substância química ativa e do fornecedor, se diferente);
- vii. Para os fornecimentos em cisterna – granel, a identificação da matrícula da cisterna ou camião (caso a cisterna esteja integrada na viatura).

b) Certificado de Análise ou de Conformidade no qual constará, pelo menos, o número do lote de fabrico do fabricante da substância química ativa, se diferente do fornecedor, a concentração da substância química ativa e massa volúmica, quantificadas.

16. No ato da entrega, o **Cocontratante** deve estar sempre munido da documentação abaixo discriminada, podendo a **Contraente Pública**, sempre que assim o entender, solicitar a sua apresentação:

- a)** Documentos exigidos no Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, na redação atualmente em vigor;
- b)** Certificados de Formação de Conselheiros de Segurança do transporte de mercadorias perigosas relativos ao Conselheiro de Segurança do **Cocontratante**, comprovativo da formação profissional mencionada no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril;
- c)** Alvará para transporte rodoviário nacional ou internacional de mercadorias por conta de outrem, conforme a origem do produto, previsto no Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de julho, na redação atualmente em vigor.
- d)** Para o transporte em cisterna–granel, comprovativo da carga anterior transportada e, caso não seja idêntica à presente, certificado de limpeza interior da cisterna ou compartimento.
- e)** Regras escritas de transporte e de descarga do Produto.

17. Realizada a entrega, o **Cocontratante** fica na posse de uma cópia da guia de remessa, assinada por um representante da **Contraente Pública**, constituindo prova bastante da entrega do produto.
18. A assinatura da guia de remessa pela **Contraente Pública** não implica a aceitação de eventuais discrepâncias do produto com as características previstas no presente Caderno de Encargos.
19. Os riscos durante o transporte, acondicionamento, embalagem e carga são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
20. No que se refere à operação de descarga e/ou trasfega do produto para os depósitos da **Contraente Pública**, o **Cocontratante** é responsável pelos atos praticados pelos seus operadores e sub-contratados, sendo a **Contraente Pública** responsável pelos atos praticados pelos seus operadores.
21. Se durante a operação de descarga e/ou trasfega do produto se verificar uma ocorrência que ponha em causa a integridade física de pessoas ou conduza à iminência de danos patrimoniais ou ambientais, o processo será suspenso até que sejam reestabelecidas, pela parte que detém responsabilidade sobre a ocorrência, as condições que garantam a necessária segurança da operação.

Cláusula 9.^a

Verificação

1. Após a entrega do produto realizada pelo **Cocontratante**, a **Contraente Pública** dispõe de um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa do mesmo, aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico, transporte ou descarga.
2. A **Contraente Pública** deve transmitir ao **Cocontratante** todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no número anterior sem que tenha comunicado a existência de desconformidades, considera-se que há lugar à aceitação definitiva do produto.

3. Caso o produto entregue não se encontre em conformidade com o disposto no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável, será da responsabilidade do **Cocontratante** a substituição do mesmo.
4. Em caso de desconformidade do produto, o **Cocontratante** dispõe de um prazo máximo de 2 (*dois*) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 2 para proceder à substituição do mesmo.
5. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a devolução do produto, o **Cocontratante** dispõe de um prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 2, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
6. Todos os encargos com a devolução e a substituição do produto são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
7. A devolução do produto pelas **Contraentes Públicas** nos termos da presente cláusula não confere ao **Cocontratante** o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 10.ª

Garantia

1. O **Cocontratante** deve garantir a qualidade dos bens a fornecer durante a vigência do contrato, contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas.
2. É, designadamente, aplicável à obrigação de garantia dos bens a fornecer o disposto nos artigos 441.º e 444.º do Código dos Contratos Públicos.
3. É, ainda, aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do fornecedor e do produtor e aos direitos do consumidor.

Cláusula I I.ª

Descontinuidade do produto

1. Sempre que, por causa não imputável ao **Cocontratante**, se verifique a cessação da produção ou da venda do produto a fornecer ou exista uma indisponibilidade prolongada do mesmo no mercado, que possa exceder em 4 (*quatro*) vezes o prazo de entrega fixado no contrato, o **Cocontratante** deve solicitar imediatamente a substituição do produto, submetendo os termos de atualização a prévia e expressa autorização das **Contraentes Públicas**.
2. A atualização dos produtos a fornecer deve obedecer aos seguintes requisitos:
 - a) Manutenção das características do produto constantes da proposta adjudicada;
 - b) Manutenção dos requisitos legais, técnicos, funcionais e ambientais mínimos exigidos;
 - c) Equivalência em relação aos preços contratualizados;
 - d) Inalterabilidade das condições contratuais.
3. O pedido do **Cocontratante** deve ser formalizado por escrito e instruído com a seguinte documentação:
 - a) Documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior;
 - b) Declaração emitida pelo fabricante do produto ou pelo representante oficial em Portugal, que confirme a necessidade de atualização do produto no termos do n.º I da presente cláusula, bem como que comprove que a mesma não é imputável ao **Cocontratante**.
4. As **Contraentes Públicas** procederão à análise do pedido do **Cocontratante** no prazo de 10 (*dez*) dias, podendo solicitar esclarecimentos ou comprovativos adicionais.
5. A autorização para a atualização do produto será concedida, por escrito, pelas **Contraentes Públicas** quando concluíam que se encontram respeitados os requisitos constantes do n.º 2 da presente cláusula, equivalendo o seu silêncio à rejeição do pedido.

Cláusula 12.^a

Boletim de análise

1. O Boletim de Análise deve ser entregue pelo **Cocontratante** à **Contraente Pública** com uma periodicidade semestral contada a partir da data do início do contrato.
2. O Boletim de análise deverá ser emitido por laboratório acreditado, segundo a NP EN ISO/IEC 17025 ou equivalente, para os métodos de ensaio no produto em causa, ou em laboratório com métodos de ensaio acreditados para, pelo menos, um dos seguintes produtos: Águas, Efluentes líquidos, Águas resultantes de ensaios de migração e Produtos Químicos usados no tratamento de Água.
3. No Boletim de análise deverá constar, pelo menos, a seguinte informação:
 - a) Identificação do laboratório que realiza as análises;
 - b) Lote do produtor do produto analisado;
 - c) Identificação completa e data da receção da amostra submetida a ensaio;
 - d) Resultados dos ensaios respeitantes aos critérios de pureza, impurezas e subprodutos, apresentados nas unidades referidas na norma aplicável.
4. No caso da omissão de entrega dos Boletins, as **Contraentes Públicas** podem determinar a realização de análises, sendo os custos das mesmas imputados ao **Cocontratante**.
5. As **Contraentes Públicas** podem solicitar, durante a vigência do contrato, o número de amostras que entenderem necessárias à aferição da qualidade do produto fornecido, podendo a amostragem ser feita, aleatoriamente, sobre as entregas realizadas.

Cláusula 13.^a

Sistema de gestão de qualidade

Na execução do contrato o **Cocontratante** deve assegurar a implementação de um sistema de gestão de qualidade que cumpra os requisitos das normas EN ISO 9001:2015 ou equivalente, nos termos previstos no **ANEXO V** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 14.^a

Dever de sigilo

1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às **Contraentes Públicas**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que as **Contraentes Públicas** lhe indiquem para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.^a

Tratamento de dados pessoais

1. As **Contraentes Públicas** e o **Cocontratante**, adiante também designados como **Partes**, declaram que têm conhecimento e cumprem o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, assim como outras leis europeias e nacionais que lhes sejam aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, na execução das respetivas atividades.
2. As **Partes** reconhecem, que no âmbito da relação contratual aqui estabelecida, atuam como responsáveis autónomas pelo tratamento, prossequindo finalidades próprias e individuais e determinando individualmente as bases de licitude aplicáveis.

3. A celebração e gestão do presente Contrato envolve o tratamento de dados pessoais respeitantes aos representantes legais e colaboradores das **Partes** ou dos seus agentes e subcontratados (quando qualquer um destes seja uma pessoa singular) e respetivos colaboradores, por cada uma das **Partes**.
4. Nestes casos, cada **Parte** atua como Responsável pelo Tratamento com base nas suas obrigações legais e interesses legítimos, na medida do que se mostrar estritamente necessário para os contactos e comunicações que sejam encetados e efetuados por cada uma das **Partes** durante a vigência do presente Contrato ou para cumprimento de obrigações que sobre si impendam.
5. Enquanto Responsáveis autónomas pelo Tratamento, as **Partes** comprometem-se a:
 - a) Tratar os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário com vista ao cumprimento da finalidade para a qual foram recolhidos, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis;
 - b) Adotar as medidas técnicas, organizativas e de segurança para garantir o tratamento dos dados pessoais, de acordo com os requisitos previstos na legislação de proteção de dados, bem como, para evitar a ocorrência de violações de dados pessoais;
 - c) Prestar o devido direito de informação nos termos do artigo 13.º e 14.º do RGPD;
 - d) Garantir que o titular dos dados poderá, a qualquer momento e conforme aplicável, exercer os seus direitos de acesso, retificação, limitação e apagamento dos seus dados pessoais, o direito a retirar o seu consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado, com base no consentimento previamente dado, o direito de oposição, bem como o direito à portabilidade dos dados.
6. Para estes efeitos, os titulares dos dados poderão utilizar os meios a indicar no contrato.

7. Em caso de violação de dados pessoais, a notificar sem demora injustificada, e sempre que possível, até 72 (setenta e duas) horas, à Autoridade de Controlo, a ocorrência da mesma quando se verifique que existe risco para os direitos e liberdades do titular dos dados e a comunicar também ao próprio titular dos dados, sem demora injustificada, quando se conclua que este risco é elevado.
8. As **Partes** poderão comunicar os dados pessoais dos titulares dos dados, com a finalidade do cumprimento de obrigações legais nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras.
9. As **Partes** poderão ainda, no âmbito dos tratamentos de dados que efetuem sob sua responsabilidade, transmitir os dados pessoais dos titulares dos dados a entidades terceiras que em seu nome e por sua conta, estão obrigadas, por escrito, a executar medidas técnicas e de segurança adequadas que, em cada momento, satisfaçam os requisitos previstos na legislação em vigor e assegurem a defesa dos direitos do titular dos dados (*nomeadamente, a proteção dos dados pessoais*).

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS

Cláusula 16.^a

Obrigações da AdP SGPS

Constituem obrigações da **AdP SGPS**:

- a) Coordenar os contratos em representação das **Contraentes Públicas**;
- b) Prestar esclarecimentos às **Contraentes Públicas** sobre os termos do contrato e coligir as reclamações sobre a execução contratual;
- c) Monitorizar a qualidade do fornecimento dos artigos e, quando necessário, sugerir às **Contraentes Públicas** a aplicação de sanções contratuais;
- d) Monitorizar os consumos e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;

- e) Executar a caução, caso se justifique.

Cláusula 17.^a

Obrigações das Contraentes Públicas

Constituem obrigações das **Contraentes Públicas**:

- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato, para efeitos de comunicações com o **Cocontratante** e a **AdP SGPS**, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Comunicar, em tempo útil, à **AdP SGPS**, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato e reportar os resultados da monitorização;
- c) Remeter a nota de encomenda tendo em conta os prazos estabelecidos para a entrega dos artigos;
- d) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos artigos fornecidos, salvo situações excecionais previamente acordadas entre as partes (como por exemplo, restrições de horários de entrega associados aos regimes de funcionamento das instalações);
- e) Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos efetuados ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado pela **AdP SGPS**;
- f) Aplicar sanções contratuais, caso se justifique.

Cláusula 18.^a

Preço base e preço contratual

- I. O presente procedimento encontra-se sujeito aos preços-máximos unitários que se encontram definidos no **ANEXO IV** do presente Caderno de Encargos, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, as **Contraentes Públicas** devem pagar ao **Cocontratante** o valor resultante do produto das quantidades efetivamente fornecidas pelos respetivos preços unitários definidos na proposta adjudicada, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às **Contraentes Públicas**, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 19.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelas **Contraentes Públicas**, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte das **Contraentes Públicas** quanto aos valores indicados nas faturas, devem estas comunicar, por escrito, ao **Cocontratante**, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelas **Contraentes Públicas** não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do

Cocontratante, devendo, no entanto, as **Contraentes Públicas** proceder ao pagamento da importância não contestada.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n. os 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo **Cocontratante**.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao **Cocontratante** serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 20.^a

Faturação eletrónica

1. A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar todos os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo **Cocontratante** deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
3. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1> .
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU.S.

4. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.

Cláusula 21.^a

Revisão de preços

O presente contrato não está sujeito a revisão de preços.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 22.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado por cada **Contraente Pública**, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao **Cocontratante** que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o **Cocontratante** de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 23.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização das **Contraentes Públicas**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. As **Contraentes Públicas** devem pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo **Cocontratante**, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, as **Contraentes Públicas** podem determinar que o **Cocontratante** ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelas **Contraentes Públicas**, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo **Cocontratante** depende de autorização das **Contraentes Públicas**, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.^a

Sanções

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, as **Contraentes Públicas** podem exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. As **Contraentes Públicas** podem, designadamente, exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das especificações do produto constantes na Cláusula 6.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual até ao valor máximo de 45% do valor da encomenda em causa.
 - b) Pelo incumprimento das obrigações previstas no n.º 4 da Cláusula 6.^a, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 45% do valor das encomendas entregues no trimestre a que o relatório diz respeito;
 - c) Pelo incumprimento do prazo estipulado ao **Cocontratante** no n.º 1 da Cláusula 8.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual definida nos termos do número seguinte, até ao valor máximo de 30% do valor da encomenda em causa;
 - d) Pela omissão de comunicação prevista no n.º 8 da Cláusula 8.^a, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 10% do valor da encomenda em causa;
 - e) Pelo incumprimento das obrigações previstas nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 9.^a, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 45% do valor da encomenda em causa.
3. No caso previsto na alínea c) do número anterior, a sanção contratual a aplicar é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A \times 0,1$$

Em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor da encomenda e A é o número de dias de atraso, correspondente a essa encomenda, sendo o primeiro dia de atraso o dia de calendário seguinte ao dia da obrigação de entrega.

4. No caso previsto na alínea d) do n.º 2, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção contratual, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (15-N)*€100,00$$

Sendo N o número de dias de pré-aviso de rutura temporária de stock contados relativamente ao dia útil seguinte de uma nota de encomenda que não será satisfeita.

5. Quando, nos termos da Cláusula 9.ª, os bens entregues não se encontrem em conformidade com o disposto no caderno de encargos e legislação aplicável, obrigando à substituição dos mesmos, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção contratual calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A \times 0,15$$

Em que:

- **P** corresponde ao montante da penalidade;
 - **V** é igual ao valor da encomenda subjacente aos bens a substituir;
 - **A** número de dias de atraso relativamente ao prazo máximo constante no n.º 4 da Cláusula 9.ª, contados após a respetiva comunicação.
6. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
7. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e as **Contraentes Públicas** decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

8. As **Contraentes Públicas** podem descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao **Cocontratante**.
9. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que as **Contraentes Públicas** exijam uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 25.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza as **Contraentes Públicas** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.

Cláusula 26.^a

Resolução do contrato por parte das Contraentes Públicas

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as **Contraentes Públicas** podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. As **Contraentes Públicas** podem resolver o contrato designadamente nos casos de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do **Cocontratante** de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante** e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelas **Contraentes Públicas**.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do **Cocontratante** pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da cláusula 24.^a relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que as **Contraentes Públicas** exijam uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 27.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O **Cocontratante** pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do

contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 28.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela **Contraente Pública** sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo **Cocontratante** das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela **Contraente Pública** não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o **Cocontratante** na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da **Contraente Pública** para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 (*trinta*) dias após o termo do prazo das obrigações de correção de defeitos pelo **Cocontratante**, designadamente das obrigações de garantia.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 29.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 30.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre as **Contraentes Públicas** e o **Cocontratante** relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 31.^a

Foro competente

Qualquer litígio emergente do contrato a celebrar, será dirimido no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 32.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O Contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 33.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

LOTES E ARTIGOS

Lote	N.º artigo	Empresa	Nome da Instalação de Entrega	Tipo de instalação	Produto	Pureza	Parâmetros Químicos Mínimos*	Tipo de Embalagem	Consumo estimado (t) para o período do contrato
I	I.001	AdN	ETA Lapela	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,60
I	I.002	AdN	ETA S. Jorge	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,60
I	I.003	AdN	ETA Areias Vilar	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,60
I	I.004	AdN	ETA Queimadela	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	3,00
I	I.005	AdN	ETA Alto Rabagão	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	7,80
I	I.006	AdN	ETA Vila Chã	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	3,00
I	I.007	AdN	ETA Torre Pinhão	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,60
I	I.008	AdN	ETA Sordo	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,60
I	I.009	AdN	ETA Alvão	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,60
I	I.010	AdN	ETAR Vila Real-Cidade	AR	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo 2	CONTENTOR 1m3	10,40
I	I.011	AdN	ETA Ferradosa	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,60
I	I.012	AdN	ETA Azibo	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,40
I	I.013	AdN	ETAR Cachão	AR	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo 2	CONTENTOR 1m3	2,60
I	I.014	AdN	ETA Vilar	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	4,80
I	I.015	AdN	ETA Salgueiral	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	2,40
I	I.016	AdN	Reservatório Areosa-Pêgo	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	23,40
I	I.017	AdN	Reservatório Portela I	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	10,40
I	I.018	AdN	ETAR Terras de Bouro	AR	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	0,50
I	I.019	AdN	ETAR Sousa	AR	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo 2	CONTENTOR 1m3	41,60
I	I.020	AdN	ETAR Ponte da Baía	AR	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo 2	CONTENTOR 1m3	10,40
I	I.021	ADAM	Armazéns COP Norte	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	100,00
I	I.022	ADAM	Armazéns Ursulinas	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	80,00
I	I.023	ADAM	Armazéns COP Nordeste	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	20,00
I	I.024	AdDP	Cloragem Carregal - Ovar	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	GRANEL - CISTERNA	48,00
I	I.025	AdDP	ETA Ferro	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	GRANEL - CISTERNA	88,00
I	I.026	AdDP	Cloragem Jovim	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	12,00

Lote	N.º artigo	Empresa	Nome da Instalação de Entrega	Tipo de instalação	Produto	Pureza	Parâmetros Químicos Mínimos*	Tipo de Embalagem	Consumo estimado (t) para o período do contrato
I	I.027	AdDP	Cloragem Seixo Alvo	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	12,00
I	I.028	AdDP	ETA Lever	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	12,00
I	I.029	AdDP	ETA Ferreira	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,60
I	I.030	AdDP	ETA Ferreira	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,40
I	I.031	AdDP	ETA Castelo Paiva	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	4,80
I	I.032	AdDP	ETA Pousada - Gôve	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	7,80
I	I.033	AdRA	Armazém AdRA Cacia	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	16,00
I	I.034	AdRA	Reservatórios Gafanha da Nazaré	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	16,00
I	I.035	AdRA	Reservatório Cidade	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	200,20
I	I.036	AdRA	Reservatório Lagoa	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	18,20
I	I.037	AdRA	Estaleiro Furo do Moisés	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	50,00
I	I.038	AdRA	ETA Asseguins	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	16,00
I	I.039	AdRA	Reservatório Espinheiro	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	80,60
I	I.040	AdCL	ETAR Cacia	AR	Hidróxido de Sódio	30%		GRANEL - CISTERNA	200,00
I	I.041	AdCL	ETAR Penacova	AR	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	4,00
2	2.001	AdTA	ETAR Nazaré	AR	Hidróxido de Sódio	30%		CONTENTOR 1m3	26,00
2	2.002	AdTA	ETAR Rio Maior	AR	Hidróxido de Sódio	30%		CONTENTOR 1m3	2,60
2	2.003	AdTA	ETAR Arruda dos Vinhos	AR	Hidróxido de Sódio	30%		CONTENTOR 1m3	13,00
2	2.004	AdTA	EEAR3 Alcântara	AR	Hidróxido de Sódio	30%		CONTENTOR 1m3	4,00
2	2.005	AdTA	ETAR Alcântara	AR	Hidróxido de Sódio	30%		GRANEL - CISTERNA	160,00
2	2.006	AdTA	ETAR Guia - ETFL	AR	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo 2	GRANEL - CISTERNA	500,00
2	2.007	AdTA	ETAR Guia - ETFS	AR	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo 2	GRANEL - CISTERNA	120,00
2	2.008	AdTA	ETAR Beirolas	AR	Hidróxido de Sódio	30%		BILHA 20KG	1,00
2	2.009	AdTA	ETAR Beirolas	AR	Hidróxido de Sódio	30%		GRANEL - CISTERNA	600,00
2	2.010	AdTA	ETAR São João da Talha	AR	Hidróxido de Sódio	30%		GRANEL - CISTERNA	120,00
2	2.011	AdTA	ETAR Chelas	AR	Hidróxido de Sódio	30%		GRANEL - CISTERNA	16,00
2	2.012	EPAL	PC Alenquer	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	GRANEL - CISTERNA	100,00
2	2.013	EPAL	ETA Asseiceira	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	GRANEL - CISTERNA	16,00

Lote	N.º artigo	Empresa	Nome da Instalação de Entrega	Tipo de instalação	Produto	Pureza	Parâmetros Químicos Mínimos*	Tipo de Embalagem	Consumo estimado (t) para o período do contrato
2	2.014	EPAL	PC Vila Franca de Xira	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	GRANEL - CISTERNA	380,00
2	2.015	EPAL	ETA Vale da Pedra	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	GRANEL - CISTERNA	20,00
2	2.016	AdVT	ETA Cabril	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	5,20
2	2.017	AdVT	ETA Sta. Águeda	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	13,00
2	2.018	AdVT	ETAR Torrão	AR	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	20,80
2	2.019	AdVT	EEAA Lirião	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	19,20
2	2.020	AdVT	EEAA Ponte de Belmonte	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	10,00
2	2.021	AdVT	ETA Manteigas	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	4,00
2	2.022	AdVT	ETAR Ponte de Sôr	AR	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	3,20
2	2.023	AdVT	EEAA Outeiro da Forca	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	9,60
2	2.024	AdVT	ETA Cabril	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	5,20
2	2.025	AdVT	ETA Alcafozes	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	9,60
2	2.026	AdVT	ETA Alandroal	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	2,60
2	2.027	AdVT	ETA Monte Novo	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	BILHA 20KG	4,00
2	2.028	AdVT	ETA Monte Novo	AA	Hidróxido de Sódio	30%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	7,80
2	2.029	AdA	Torre Neutralização - ETA Alcantarilha	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	9,60
2	2.030	AdA	Torre Neutralização - ETA Fontainhas	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	7,20
2	2.031	AdA	Torre Neutralização - ETA Beliche	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,40
2	2.032	AdA	Torre Neutralização - ETA Tavira	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,40
2	2.033	AdA	Torre Neutralização - Posto Recloração Cabeço	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,40
2	2.034	AdA	Torre Neutralização - Espinhaço de Cão	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	CONTENTOR 1m3	2,40
2	2.035	AdA	ETA Beliche	AA	Hidróxido de Sódio	25%	Tipo I	GRANEL - CISTERNA	46,00
2	2.036	AdA	ETAR Faro/Olhão	AR	Hidróxido de Sódio	30%		CONTENTOR 1m3	122,20

AR - Para utilização em tratamento de águas residuais; AA - Para utilização em tratamento de água de abastecimento.

* Tab. 2 EN896:2012 - Hidróxido de Sódio

ANEXO II

COORDENAÇÕES E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Lote	Artigo	Empresa	Tipo de embalagem	Instalação de Entrega	Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante	Restrições de acesso ao ponto de abastecimento do reagente	Quantidade Mínima por Entrega (t)	Quantidade Máxima por Entrega (t)	Coordenações de entregas	Observações
I	I.001	AdN	CONTENTOR 1m3	ETA Lapela	Trasfega de contentor		1,3	1,3	N01	
I	I.002	AdN	CONTENTOR 1m3	ETA S. Jorge	Trasfega de contentor		1,3	1,3	N01	
I	I.003	AdN	CONTENTOR 1m3	ETA Areias Vilar	Trasfega de contentor		1,3	1,3	*	
I	I.004	AdN	BILHA 20KG	ETA Queimadela		Camião de 12 Ton, 2 eixos	0,48	1,2	N02	
I	I.005	AdN	CONTENTOR 1m3	ETA Alto Rabagão	Trasfega de contentor		2,6	3,9	N02	
I	I.006	AdN	BILHA 20KG	ETA Vila Chã	Porta-paletes+plataforma elevatória		0,15	1,2	N03	
I	I.007	AdN	CONTENTOR 1m3	ETA Torre Pinhão	Trasfega de contentor		1,3	1,3	N03	
I	I.008	AdN	CONTENTOR 1m3	ETA Sordo	Trasfega de contentor		1,3	1,3	N03	
I	I.009	AdN	CONTENTOR 1m3	ETA Alvão	Porta-paletes+plataforma elevatória		0,9	1,3	N03	
I	I.010	AdN	CONTENTOR 1m3	ETAR Vila Real-Cidade	Plataforma elevatória	Restrições no acesso devido a curvas apertadas e estreito acesso	1,3	1,3	N03	
I	I.011	AdN	CONTENTOR 1m3	ETA Ferradosa	Trasfega de contentor	Entrada de traseira na instalação	1,3	1,3	*	
I	I.012	AdN	CONTENTOR 1m3	ETA Azibo	Plataforma elevatória		1,2	1,2	N04	
I	I.013	AdN	CONTENTOR 1m3	ETAR Cachão	Trasfega de contentor		1,3	1,3	N04	
I	I.014	AdN	CONTENTOR 1m3	ETA Vilar	Trasfega de contentor		1,2	2,4	N04	
I	I.015	AdN	BILHA 20KG	ETA Salgueiral	Porta-paletes+plataforma elevatória	Restrições no acesso devido a curvas apertadas e estreito acesso - Viatura até 3500 kg	0,48	1,2	N04	
I	I.016	AdN	CONTENTOR 1m3	Reservatório Areosa-Pêgo	Trasfega de contentor		1,3	3,9	N05	

Lote	Artigo	Empresa	Tipo de embalagem	Instalação de Entrega	Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante	Restrições de acesso ao ponto de abastecimento do reagente	Quantidade Mínima por Entrega (t)	Quantidade Máxima por Entrega (t)	Coordenações de entregas	Observações
I	1.017	AdN	CONTENTOR 1m3	Reservatório Portela I	Trasfega de contentor		1,3	2,6	N05	
I	1.018	AdN	BILHA 20KG	ETAR Terras de Bouro			0,25	0,25	N06	
I	1.019	AdN	CONTENTOR 1m3	ETAR Sousa	Trasfega de contentor		1,3	2,6	N06	
I	1.020	AdN	CONTENTOR 1m3	ETAR Ponte da Baia			1,3	2,6	N06	
I	1.021	ADAM	BILHA 20KG	Armazéns COP Norte	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,6	2,4	*	
I	1.022	ADAM	BILHA 20KG	Armazéns Ursulinas	Porta-paletes+plataforma elevatória	Viatura até 5000 kg	1,6	1,6	*	
I	1.023	ADAM	BILHA 20KG	Armazéns COP Nordeste	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,2	2,4	*	
I	1.024	AdDP	GRANEL - CISTERNA	Cloragem Carregal - Ovar	Mangueiras com 20 metros.		4	5,2	*	
I	1.025	AdDP	GRANEL - CISTERNA	ETA Ferro	Boca do tipo Guillemín de DN90 e PN6	Restrição à entrada de camiões articulados.	4	8	*	
I	1.026	AdDP	CONTENTOR 1m3	Cloragem Jovim	Trasfega de contentor, mangueira de 20 m de comprimento.		1,2	6	D01	
I	1.027	AdDP	CONTENTOR 1m3	Cloragem Seixo Alvo	Trasfega de contentor, mangueira de 20 m de comprimento.		1,2	6	D01	
I	1.028	AdDP	CONTENTOR 1m3	ETA Lever	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,2	6	D01	
I	1.029	AdDP	CONTENTOR 1m3	ETA Ferreira	Trasfega de contentor, mangueiras de 10m de comprimento.		1,3	1,3	*	
I	1.030	AdDP	CONTENTOR 1m3	ETA Ferreira	Trasfega de contentor, mangueiras de 10m de comprimento.		1,2	1,2	*	
I	1.031	AdDP	CONTENTOR 1m3	ETA Castelo Paiva	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,2	1,2	D02	

Lote	Artigo	Empresa	Tipo de embalagem	Instalação de Entrega	Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante	Restrições de acesso ao ponto de abastecimento do reagente	Quantidade Mínima por Entrega (t)	Quantidade Máxima por Entrega (t)	Coordenações de entregas	Observações
I	1.032	AdDP	CONTENTOR 1m3	ETA Pousada - Gôve	Trasfega de contentor, mangueiras de 10m de comprimento.	Restrição à entrada de camiões articulados.	1,3	1,3	D02	
I	1.033	AdRA	BILHA 20KG	Armazém AdRA Cacia	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,4	1,4	V01	
I	1.034	AdRA	BILHA 20KG	Reservatórios Gafanha da Nazaré	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,4	1,4	V01	
I	1.035	AdRA	CONTENTOR 1m3	Reservatório Cidade	Porta-paletes+plataforma elevatória	Camião de 12 Ton, 2 eixos	1,3	1,3	V01	
I	1.036	AdRA	CONTENTOR 1m3	Reservatório Lagoa	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,3	1,3	V01	
I	1.037	AdRA	BILHA 20KG	Estaleiro Furo do Moisés	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,8	1,8	V02	
I	1.038	AdRA	BILHA 20KG	ETA Assequins	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,8	1,8	V02	
I	1.039	AdRA	CONTENTOR 1m3	Reservatório Espinheiro	Porta-paletes+plataforma elevatória	Viatura até 3500 kg	1,3	1,3	V02	
I	1.040	AdCL	GRANEL - CISTERNA	ETAR Cacia	Transfega a efetuar com recurso a mangueira de ligação Guillemin de 2 polegadas	Camião de 10 Ton de produto	8	10	*	
I	1.041	AdCL	BILHA 20KG	ETAR Penacova	Porta paletes	Camião de 12 Ton, 2 eixos	0,96	2	*	2 Ton a consumir em Aveleira e 2 Ton em S. Pedro Alva.
2	2.001	AdTA	CONTENTOR 1m3	ETAR Nazaré	Trasfega de contentor		1,3	2,6	*	
2	2.002	AdTA	CONTENTOR 1m3	ETAR Rio Maior	Trasfega de contentor		1,3	1,3	*	
2	2.003	AdTA	CONTENTOR 1m3	ETAR Arruda dos Vinhos			1,3	2,6	*	
2	2.004	AdTA	CONTENTOR 1m3	EEAR3 Alcântara	Trasfega de contentor	Camião de 12 Ton, 2 eixos	0,5	1	*	Restante descarregar na ETAR de Alcântara

Lote	Artigo	Empresa	Tipo de embalagem	Instalação de Entrega	Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante	Restrições de acesso ao ponto de abastecimento do reagente	Quantidade Mínima por Entrega (t)	Quantidade Máxima por Entrega (t)	Coordenações de entregas	Observações
2	2.005	AdTA	GRANEL - CISTERNA	ETAR Alcântara			25	25	*	
2	2.006	AdTA	GRANEL - CISTERNA	ETAR Guia - ETFL			15	25	T01	Na ETFL há 2 pontos de carregamento (para a Desodorização do pré-tratamento e para a Desodorização da ETFL). Pontualmente, pode ser necessário camião-cisterna pequeno, com 20 m de mangueira, para abastecimento da Desodorização do pré-tratamento (ETFL lado Mar).
2	2.007	AdTA	GRANEL - CISTERNA	ETAR Guia - ETFS			15	25	T01	Na ETFS há 2 pontos de carregamento (Desodorização I e II)
2	2.008	AdTA	BILHA 20KG	ETAR Beirolas			0,25	0,5	*	
2	2.009	AdTA	GRANEL - CISTERNA	ETAR Beirolas			3,5	8	T02	
2	2.010	AdTA	GRANEL - CISTERNA	ETAR São João da Talha			4	4	T02	
2	2.011	AdTA	GRANEL - CISTERNA	ETAR Chelas			2	2	T02	
2	2.012	EPAL	GRANEL - CISTERNA	PC Alenquer		Camião de 12 Ton, 2 eixos	6	10	*	
2	2.013	EPAL	GRANEL - CISTERNA	ETA Asseiceira			6	6	E01	
2	2.014	EPAL	GRANEL - CISTERNA	PC Vila Franca de Xira			10	12	E01	
2	2.015	EPAL	GRANEL - CISTERNA	ETA Vale da Pedra			6	10	E01	
2	2.016	AdVT	CONTENTOR 1m3	ETA Cabril	Trasfega de contentor		1,3	2,6	*	
2	2.017	AdVT	CONTENTOR 1m3	ETA Sta. Águeda	Trasfega de contentor		1,3	3,9	*	
2	2.018	AdVT	CONTENTOR 1m3	ETAR Torrão	Trasfega de contentor e porta paletes+plataforma elevatória	Camião de 12 Ton, 2 eixos	1,3	2,6	*	
2	2.019	AdVT	BILHA 20KG	EEAA Lirião	Porta-paletes+plataforma elevatória		0,8	1,6	*	

Lote	Artigo	Empresa	Tipo de embalagem	Instalação de Entrega	Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante	Restrições de acesso ao ponto de abastecimento do reagente	Quantidade Mínima por Entrega (t)	Quantidade Máxima por Entrega (t)	Coordenações de entregas	Observações
2	2.020	AdVT	BILHA 20KG	EEAA Ponte de Belmonte	Porta-paletes+plataforma elevatória		0,8	1,6	J01	
2	2.021	AdVT	BILHA 20KG	ETA Manteigas	Porta-paletes+plataforma elevatória		0,8	0,8	J01	
2	2.022	AdVT	BILHA 20KG	ETAR Ponte de Sôr	Porta-paletes+plataforma elevatória		0,8	0,8	J02	
2	2.023	AdVT	BILHA 20KG	EEAA Outeiro da Força	Porta-paletes+plataforma elevatória		0,8	2,4	J02	
2	2.024	AdVT	CONTENTOR 1m3	ETA Cabril	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,3	2,6	J02	
2	2.025	AdVT	BILHA 20KG	ETA Alcafozes	Porta-paletes+plataforma elevatória		0,8	1,6	J02	
2	2.026	AdVT	BILHA 20KG	ETA Alandroal	Porta-paletes+plataforma elevatória	Viatura até 3500kg	1	1	J03	
2	2.027	AdVT	BILHA 20KG	ETA Monte Novo	Porta-paletes+plataforma elevatória		1	2	J03	
2	2.028	AdVT	CONTENTOR 1m3	ETA Monte Novo	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,3	2,6	J03	
2	2.029	AdA	CONTENTOR 1m3	Torre Neutralização - ETA Alcantarilha	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,2	4,8	*	
2	2.030	AdA	CONTENTOR 1m3	Torre Neutralização - ETA Fontainhas	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,2	3,6	*	inclui reagente para Torre Neutralização - JK8 e Francesas
2	2.031	AdA	CONTENTOR 1m3	Torre Neutralização - ETA Beliche	Trasfega de contentor		1,2	1,2	*	
2	2.032	AdA	CONTENTOR 1m3	Torre Neutralização - ETA Tavira	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,2	1,2	*	
2	2.033	AdA	CONTENTOR 1m3	Torre Neutralização - Posto Recloração Cabeço	Trasfega de contentor	Camião de 12 Ton, 2 eixos	1,2	1,2	*	
2	2.034	AdA	CONTENTOR 1m3	Torre Neutralização - Espinhaço de Cão	Porta-paletes+plataforma elevatória		1,2	1,2	*	
2	2.035	AdA	GRANEL - CISTERNA	ETA Beliche			10	15	*	
2	2.036	AdA	CONTENTOR 1m3	ETAR Faro/Olhão	Trasfega de contentor		1,3	3,9	*	

Todos os camiões para entrega em "granel - cisterna" devem dispor de bomba de trasfega e respetivas mangueiras.

A trasfega do reagente, de contentor e de camião - cisterna, é efetuada pelo fornecedor, com os seus meios.

* - Não aplicável por não haver coordenação com outras instalações.

ANEXO III

LOCAIS DE ENTREGA

Empresa	Nome da Instalação de Entrega	Morada
AdA	ETA Beliche	ETA de Beliche - Monte do Beliche, 8950-103 Castro Marim
AdA	ETAR Faro/Olhão	Sítio dos Salgados, 8005-000 Faro
AdA	Torre Neutralização - Espinhaço de Cão	Sítio Corte de Pero Jaques, Aljezur 8670-220 BORDEIRA
AdA	Torre Neutralização - ETA Alcantarilha	ETA de Alcantarilha, Sítio do Malhão, 8365-024 Alcantarilha
AdA	Torre Neutralização - ETA Beliche	ETA de Beliche - Monte do Beliche, 8950-103 Castro Marim
AdA	Torre Neutralização - ETA Fontainhas	ETA das Fontainhas - Sítio das Fontainhas, 8500-130 Mexilhoeira Grande, Portimão
AdA	Torre Neutralização - ETA Tavira	ETA de Tavira - Sítio do Malhão 8800-507 Tavira
AdA	Torre Neutralização - Posto Recloração Cabeço	Sítio Cerro da Cabeça, 8950 CASTRO MARIM
ADAM	Armazéns COP Nordeste	Zona Industrial de Paçô - Arcos de Valdevez
ADAM	Armazéns COP Norte	Zona Industrial de Cornes - V.N. Cerveira
ADAM	Armazéns Ursulinas	Rua Dr. Moisés Alves Pinho - Monserrate - V.Castelo
AdCL	ETAR Cacia	ETAR de Cacia - Rua do Passal - Sarrazola - 3800-530 Cacia
AdCL	ETAR Penacova	Cheira - Penacova 3360-200 Penacova
AdDP	Cloragem Carregal - Ovar	Rua Dr. Manuel Fernando Silva, Carregal Norte 3880-224 Ovar
AdDP	Cloragem Jovim	Rua do Tronco 4510-151 Jovim
AdDP	Cloragem Seixo Alvo	Lugar da Marroca 4400 Vila Nova de Gaia
AdDP	ETA Castelo Paiva	Monte do Facho, Bairros, 4550 Castelo Paiva
AdDP	ETA Ferreira	Rua de Pisões - Modelos, 4590-469 Paços de Ferreira
AdDP	ETA Ferro	Lugar do Assento, Jogueiros, Felgueiras. 4610-353 Jogueiros
AdDP	ETA Lever	Rua Companhia das Águas, 706 4415-679 Lever
AdDP	ETA Pousada - Gôve	Rua Central da Tapada, 576, 4640-270 Gôve
AdN	ETA Alto Rabagão	ESTRADA NACIONAL 103 KMI 19 5470-526 VIADE DE BAIXO MONTALEGRE
AdN	ETA Alvão	Estrada municipal 313, 5000-063 Borbela, VILA REAL
AdN	ETA Areias Vilar	Lugar de Gaído, Areias de Vilar 4755-045 Barcelos
AdN	ETA Azibo	ETA DO AZIBO, VALE DA PORCA 5340-000 MACEDO DE CAVALEIROS
AdN	ETA Ferradosa	ETA da Ferradosa, LUGAR DA FERRADOSA 5180-000 FREIXO DE ESPADA À CINTA
AdN	ETA Lapela	Lugar de Pias, Troporiz Lapela 4950-000 Monção
AdN	ETA Queimadela	Rua da Barragem de Queimadela, Revelhe 4820-630 Fafe
AdN	ETA S. Jorge	Freguesia S. Jorge, Vilar de Lobos 4970-588 Arcos de Valdevez
AdN	ETA Salgueiral	ETA do Salgueiral, Barragem do Salgueiral, Cardanha, 5160-041 Torre de Moncorvo
AdN	ETA Sordo	Lugar do Sordo, 5000-427 Vila Real
AdN	ETA Torre Pinhão	Lugar da Fonte da Borra, Torre do Pinhão 5060-561 SABROSA
AdN	ETA Vila Chã	ETA VILA CHÃ, ALTO GIESTEIRA-ALIJO 5070-533 VILA CHÃ
AdN	ETA Vilar	Quinta da Água Alta, 3640 - 000 Fonte Arcada

Empresa	Nome da Instalação de Entrega	Morada
AdN	ETAR Cachão	LUGAR DO CACHÃO - FRECHAS, MIRANDELA 5370-000 MIRANDELA
AdN	ETAR Ponte da Baía	Rua do Outeiro, Vila Caiz 4600-790 Amarante
AdN	ETAR Sousa	Rua do Souto, nº 153 - Lodares 4620-000 Lousada
AdN	ETAR Terras de Bouro	EN 205-3 15, Freguesia do Souto, 4840-130 concelho de Terras de Bouro
AdN	ETAR Vila Real-Cidade	ETAR DE VILA REAL LUGAR DE ÍNSUA 5000-000 VILA REAL
AdN	Reservatório Areosa-Pêgo	Rua de S. Mamede, nº 752, Areosa 4900-900 Viana do Castelo
AdN	Reservatório Portela I	Rua do Depósito, 4900-681 Viana do Castelo
AdRA	Armazém AdRA Cacia	Travessa da Rua da Paz, nº 4 - Cacia, Aveiro
AdRA	Estaleiro Furo do Moisés	Rua da Igreja, Pombal, Sever do Vouga
AdRA	ETA Asseguins	Rua Domingos Pinto Carvalho, Asseguins, Águeda
AdRA	Reservatório Cidade	Rua Dr. Mário Sacramento, Aveiro
AdRA	Reservatório Espinheiro	Espinheiro, 3740-320 Silva Escura
AdRA	Reservatório Lagoa	Rua Euclides Vaz, Ílhavo
AdRA	Reservatórios Gafanha da Nazaré	Rua Afonso de Albuquerque, Gafanha da Nazaré, Ílhavo
AdTA	EEAR3 Alcântara	RUA CAIS ALCANTARA, 1300-159 LISBOA
AdTA	ETAR Alcântara	ETAR ALCANTARA - AV CEUTA 1300-125 LISBOA
AdTA	ETAR Arruda dos Vinhos	Quinta da Lavra, Rua da Lavra nº1, 2630-273 Arruda dos Vinhos
AdTA	ETAR Beírolas	BEIROLAS, 3547, 1990-386 MOSCAVIDE
AdTA	ETAR Chelas	ESTRADA DE CHELAS, 113 - 1900-151 Lisboa
AdTA	ETAR Guia - ETFL	ETFL - RUA FAIAS 2750-000 CASCAIS
AdTA	ETAR Guia - ETFS	ETFS - RUA HUMBERTO DELGADO 2755-234 ALCABIDECHE
AdTA	ETAR Nazaré	ETAR da Nazaré-Estrada Nacional 242, km 36 -2450 Nazaré
AdTA	ETAR Rio Maior	Estrada Santarém - Quinta Rosa - 2040-414 Rio Maior
AdTA	ETAR São João da Talha	ETAR S J TALHA - S JOAO TALHA, 4414 2695-719 SÃO JOÃO DA TALHA
AdVT	EEAA Lirião	EN18 6000-000 Castelo Branco
AdVT	EEAA Outeiro da Força	Estrada Municipal 530, 2240-000 Ferreira do Zêzere
AdVT	EEAA Ponte de Belmonte	Sítio Vale Ginjal, Ponte de Belmonte, 6250-000 BELMONTE
AdVT	ETA Alandroal	ETA de Alandroal, Urbanização Norte do Alandroal, 7250-116 ALANDROAL
AdVT	ETA Alcafozes	ETA Alcafozes Estrada Nacional 332, 6060-011 ALCAFOZES
AdVT	ETA Cabril	ETA do Cabril, Vale Barco, 3270-157 Pedrogão Grande
AdVT	ETA Manteigas	Sítio do Cadaval - Rua Fonte Santa 6260-000 Manteigas
AdVT	ETA Monte Novo	ETA Monte Novo Herdade do Monte Novo N. Srª de Machede, 7000-000 N. Srª de Machede
AdVT	ETA Sta. Águeda	Póvoa de Rio Moinhos, 6000-000 Castelo Branco
AdVT	ETAR Ponte de Sôr	Herdade da Várzea, Rua Principal, 7400-604 Tramaga
AdVT	ETAR Torrão	Quinta Chão Dinis S/N 6300-000 Guarda
EPAL	ETA Asseiceira	ETA Asseiceira - TOMAR

Empresa	Nome da Instalação de Entrega	Morada
EPAL	ETA Vale da Pedra	Caminho da Quinta Vale da Pedra, 2070-713 Vale da Pedra
EPAL	PC Alenquer	EPAL, Alenquer Estrada Nacional nº9 - 2580-000 Alenquer
EPAL	PC Vila Franca de Xira	EPAL, Vila Franca de Xira - 2600-705 Castanheira do Ribatejo

ANEXO IV

PREÇOS-MÁXIMOS UNITÁRIOS

Lote	n.º artigo	Empresa	Produto	Pureza	Instalação de Entrega	Tipo de Instalação	Tipo de Embalagem	Preço-máximo unitário (€/t)
I	I.001	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Lapela	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.002	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETA S. Jorge	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.003	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Areias Vilar	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.004	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Queimadela	AA	BILHA 20KG	370,00
I	I.005	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Alto Rabagão	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.006	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Vila Chã	AA	BILHA 20KG	370,00
I	I.007	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Torre Pinhão	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.008	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Sordo	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.009	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Alvão	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.010	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Vila Real-Cidade	AR	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.011	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Ferradosa	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.012	AdN	Hidróxido de Sódio	25%	ETA Azibo	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.013	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Cachão	AR	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.014	AdN	Hidróxido de Sódio	25%	ETA Vilar	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.015	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Salgueiral	AA	BILHA 20KG	370,00
I	I.016	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	Reservatório Areosa-Pêgo	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.017	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	Reservatório Portela I	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.018	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Terras de Bouro	AR	BILHA 20KG	370,00
I	I.019	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Sousa	AR	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.020	AdN	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Ponte da Baía	AR	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.021	ADAM	Hidróxido de Sódio	30%	Armazéns COP Norte	AA	BILHA 20KG	370,00
I	I.022	ADAM	Hidróxido de Sódio	30%	Armazéns Ursulinas	AA	BILHA 20KG	370,00
I	I.023	ADAM	Hidróxido de Sódio	30%	Armazéns COP Nordeste	AA	BILHA 20KG	370,00
I	I.024	AdDP	Hidróxido de Sódio	30%	Cloragem Carregal - Ovar	AA	GRANEL - CISTERNA	335,00
I	I.025	AdDP	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Ferro	AA	GRANEL - CISTERNA	335,00
I	I.026	AdDP	Hidróxido de Sódio	25%	Cloragem Jovim	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.027	AdDP	Hidróxido de Sódio	25%	Cloragem Seixo Alvo	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.028	AdDP	Hidróxido de Sódio	25%	ETA Lever	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.029	AdDP	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Ferreira	AA	CONTENTOR 1m3	370,00

Lote	n.º artigo	Empresa	Produto	Pureza	Instalação de Entrega	Tipo de Instalação	Tipo de Embalagem	Preço-máximo unitário (€/t)
I	I.030	AdDP	Hidróxido de Sódio	25%	ETA Ferreira	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.031	AdDP	Hidróxido de Sódio	25%	ETA Castelo Paiva	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.032	AdDP	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Pousada - Gôve	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.033	AdRA	Hidróxido de Sódio	30%	Armazém AdRA Cacia	AA	BILHA 20KG	370,00
I	I.034	AdRA	Hidróxido de Sódio	30%	Reservatórios Gafanha da Nazaré	AA	BILHA 20KG	370,00
I	I.035	AdRA	Hidróxido de Sódio	30%	Reservatório Cidade	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.036	AdRA	Hidróxido de Sódio	30%	Reservatório Lagoa	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.037	AdRA	Hidróxido de Sódio	30%	Estaleiro Furo do Moisés	AA	BILHA 20KG	370,00
I	I.038	AdRA	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Assequins	AA	BILHA 20KG	370,00
I	I.039	AdRA	Hidróxido de Sódio	30%	Reservatório Espinheiro	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
I	I.040	AdCL	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Cacia	AR	GRANEL - CISTERNA	335,00
I	I.041	AdCL	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Penacova	AR	BILHA 20KG	370,00
2	2.001	AdTA	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Nazaré	AR	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.002	AdTA	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Rio Maior	AR	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.003	AdTA	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Arruda dos Vinhos	AR	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.004	AdTA	Hidróxido de Sódio	30%	EEAR3 Alcântara	AR	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.005	AdTA	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Alcântara	AR	GRANEL - CISTERNA	310,00
2	2.006	AdTA	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Guia - ETFL	AR	GRANEL - CISTERNA	310,00
2	2.007	AdTA	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Guia - ETFS	AR	GRANEL - CISTERNA	310,00
2	2.008	AdTA	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Beirolas	AR	BILHA 20KG	370,00
2	2.009	AdTA	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Beirolas	AR	GRANEL - CISTERNA	335,00
2	2.010	AdTA	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR São João da Talha	AR	GRANEL - CISTERNA	335,00
2	2.011	AdTA	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Chelas	AR	GRANEL - CISTERNA	335,00
2	2.012	EPAL	Hidróxido de Sódio	30%	PC Alenquer	AA	GRANEL - CISTERNA	335,00
2	2.013	EPAL	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Asseiceira	AA	GRANEL - CISTERNA	335,00
2	2.014	EPAL	Hidróxido de Sódio	30%	PC Vila Franca de Xira	AA	GRANEL - CISTERNA	335,00
2	2.015	EPAL	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Vale da Pedra	AA	GRANEL - CISTERNA	335,00
2	2.016	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Cabril	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.017	AdVT	Hidróxido de sódio	30%	ETA Sta. Águeda	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.018	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Torrão	AR	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.019	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	EEAA Lirião	AA	BILHA 20KG	370,00
2	2.020	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	EEAA Ponte de Belmonte	AA	BILHA 20KG	370,00
2	2.021	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Manteigas	AA	BILHA 20KG	370,00

Lote	n.º artigo	Empresa	Produto	Pureza	Instalação de Entrega	Tipo de Instalação	Tipo de Embalagem	Preço-máximo unitário (€/t)
2	2.022	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Ponte de Sôr	AR	BILHA 20KG	370,00
2	2.023	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	EEAA Outeiro da Forca	AA	BILHA 20KG	370,00
2	2.024	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Cabril	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.025	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Alcafozes	AA	BILHA 20KG	370,00
2	2.026	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Alandroal	AA	BILHA 20KG	370,00
2	2.027	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Monte Novo	AA	BILHA 20KG	370,00
2	2.028	AdVT	Hidróxido de Sódio	30%	ETA Monte Novo	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.029	AdA	Hidróxido de Sódio	25%	Torre Neutralização - ETA Alcantarilha	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.030	AdA	Hidróxido de Sódio	25%	Torre Neutralização - ETA Fontainhas	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.031	AdA	Hidróxido de Sódio	25%	Torre Neutralização - ETA Beliche	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.032	AdA	Hidróxido de Sódio	25%	Torre Neutralização - ETA Tavira	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.033	AdA	Hidróxido de Sódio	25%	Torre Neutralização - Posto Recloragem Cabeço	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.034	AdA	Hidróxido de Sódio	25%	Torre Neutralização - Espinhaço de Cão	AA	CONTENTOR 1m3	370,00
2	2.035	AdA	Hidróxido de Sódio	25%	ETA Beliche	AA	GRANEL - CISTERNA	335,00
2	2.036	AdA	Hidróxido de Sódio	30%	ETAR Faro/Olhão	AR	CONTENTOR 1m3	370,00

ANEXO V

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DO FABRICO E FORNECIMENTO DOS BENS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ASSOCIADOS

(fornecido em documento autónomo)